

encontro de RPPNs paulistas

experiências e incentivos à conservação em áreas privadas

São Paulo, 17 de setembro de 2011.

Ao
Exmo. Sr. Governador Geraldo Alckmin

No dia 17 de setembro a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, em conjunto com a Fundação Florestal, Fundação Mokiti Okada e Solo Sagrado de Guarapiranga e Fundação Grupo O Boticário, promoveram **O Encontro de RPPNs Paulistas – experiências e incentivos à conservação em áreas privadas**, com o objetivo de discutir estratégias voltadas à conservação em áreas privadas. O evento teve como foco principal o estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no município de São Paulo, uma categoria de Unidade de Conservação (UC) de domínio privado, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelecido a partir da Lei Federal 9.985 de 2000.

A conservação em terras privadas tem ganhado papel de destaque nas ações conservacionistas, tendo em vista que grande parte dos remanescentes de vegetação significativa está localizada em terras privadas e que há limitações para aquisição e gestão dessas áreas por parte do poder público. Isso demonstra a importância da participação dos proprietários na conservação destas áreas, na manutenção dos Serviços Ambientais por elas prestados e na proteção da biodiversidade.

O evento teve duração de cerca de 9 horas e contou com a presença de diversas instituições e profissionais, totalizando 95 pessoas. Teve como objetivo apresentar as iniciativas que o Município e o Estado de São Paulo vem adotando para fomentar a criação desta categoria de UC, o Projeto Oásis de Pagamento por Serviços Ambientais, o Projeto de Lei da Política Municipal de Serviços Ambientais, Fundos Públicos voltados à conservação, Aplicação de ICMS Ecológico, Programas do Terceiro Setor voltados à criação e gestão de RPPNs. Além disso, o encontro apresentou experiências de proprietários de RPPNs, que relataram o processo de criação da UC bem como as fontes de recursos acessadas e dificuldades enfrentadas.

Ao final do encontro, foram produzidas duas cartas, uma endereçada ao Governo Municipal e outra ao **Estadual (em anexo)**, solicitando apoio de ambos, no sentido de auxiliar e apoiar os proprietários a promoverem a conservação ambiental. Este apoio se daria através do estabelecimento de incentivos econômicos e fiscais, possibilitando uma conservação mais efetiva dos remanescentes de vegetação que se encontram em terras privadas, uma vez que a manutenção destes recursos é custosa ao proprietário e os benefícios são coletivos e desfrutados por toda a sociedade.

Esta carta foi redigida de forma coletiva entre os participantes da sociedade civil e do poder público, não constituindo uma ação institucional por parte dos organizadores do evento.

Agradecemos a atenção, na expectativa de nossas solicitações sejam ponderadas e dentro do possível, instituídas.

Encontro de RPPNs Paulistas

São Paulo, 17 de setembro de 2011.

Exmo. Sr. Geraldo Alckmin

Governador do Estado de São Paulo

Nós aqui reunidos no Encontro de RPPNs Paulistas, realizado hoje, vimos através desta, solicitar a Vossa Excelência o apoio à instituição, regulamentação e implementação de mecanismos de incentivo e apoio às RPPNs no território paulista, notadamente para:

1. Dar continuidade ao processo de reformulação da lei do ICMS Ecológico, cuja minuta de projeto de lei encontra-se parada na Casa Civil, com vistas a:
 - Majoração da cota parte do ICMS Ecológico de 0,5% para 1,5%;
 - Atualização frente a lei federal 9.985/2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), com a consideração de todas as categorias que compõem o referido sistema nacional;
 - Atribuição de peso para categoria de RPPN, no mínimo, igual ao menor peso das categorias das Unidades de Conservação do grupo de Proteção Integral;
 - Estabelecimento de critérios qualitativos para o cálculo da participação de cada município.
2. Implementar o Pagamento por Serviços Ambientais para as RPPN's, no âmbito da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais;
3. Regulamentar o repasse de recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP, para incentivar a criação, implementação, gestão e proteção das RPPN's;
4. Desenvolver e instituir outros mecanismos de incentivo fiscal e econômico, bem como outras ações de apoio no âmbito do Poder Público Estadual, em prol da conservação de biodiversidade em terras privadas, notadamente em prol das RPPN's.

Os presentes, relacionados na lista de presença em anexo, em votação plenária, manifestam concordância e apoio ao pleito acima.

Encontro das RPPNs Paulistas – Solo Sagrado

encontro de RPPNs paulistas

experiências e incentivos à conservação em áreas privadas

São Paulo, 17 de setembro de 2011.

Ao
Exmo. Sr. Prefeito Gilberto Kassab

No dia 17 de setembro a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, em conjunto com a Fundação Florestal, Fundação Mokiti Okada e Solo Sagrado de Guarapiranga e Fundação Grupo O Boticário, promoveram **O Encontro de RPPNs Paulistas – experiências e incentivos à conservação em áreas privadas**, com o objetivo de discutir estratégias voltadas à conservação em áreas privadas. O evento teve como foco principal o estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no município de São Paulo, uma categoria de Unidade de Conservação (UC) de domínio privado, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelecido a partir da Lei Federal 9.985 de 2000.

A conservação em terras privadas tem ganhado papel de destaque nas ações conservacionistas, tendo em vista que grande parte dos remanescentes de vegetação significativa está localizada em terras privadas e que há limitações para aquisição e gestão dessas áreas por parte do poder público. Isso demonstra a importância da participação dos proprietários na conservação destas áreas, na manutenção dos Serviços Ambientais por elas prestados e na proteção da biodiversidade.

O evento teve duração de cerca de 9 horas e contou com a presença de diversas instituições e profissionais, totalizando 95 pessoas. Teve como objetivo apresentar as iniciativas que o Município e o Estado de São Paulo vem adotando para fomentar a criação desta categoria de UC, o Projeto Oásis de Pagamento por Serviços Ambientais, o Projeto de Lei da Política Municipal de Serviços Ambientais, Fundos Públicos voltados à conservação, Aplicação de ICMS Ecológico, Programas do Terceiro Setor voltados à criação e gestão de RPPNs. Além disso, o encontro apresentou experiências de proprietários de RPPNs, que relataram o processo de criação da UC bem como as fontes de recursos acessadas e dificuldades enfrentadas.

Ao final do encontro, foram produzidas duas cartas, uma endereçada ao **Governo Municipal (em anexo)** e outra ao Estadual, solicitando apoio de ambos, no sentido de auxiliar e apoiar os proprietários a promoverem a conservação ambiental. Este apoio se daria através do estabelecimento de incentivos econômicos e fiscais, possibilitando uma conservação mais efetiva dos remanescentes de vegetação que se encontram em terras privadas, uma vez que a manutenção destes recursos é custosa ao proprietário e os benefícios são coletivos e desfrutados por toda a sociedade.

Esta carta foi redigida de forma coletiva entre os participantes da sociedade civil e do poder público, não constituindo uma ação institucional por parte dos organizadores do evento.

Agradecemos a atenção, na expectativa de nossas solicitações sejam ponderadas e dentro do possível, instituídas.

Encontro de RPPNs Paulistas

Exmo. Sr. Gilberto Kassab,

Prefeito da Cidade de São Paulo

Nós aqui reunidos no Encontro de RPPNs Paulistas, realizado hoje, 17 de setembro de 2011, vimos através desta, solicitar a V. Excelência o apoio à instituição, regulamentação e implementação de mecanismos de incentivo à conservação de serviços ecossistêmicos prestados por terras privadas situadas no município de São Paulo, considerando a importância destas áreas para a qualidade socioambiental da metrópole. Em especial, por meio do encaminhamento de projeto de lei municipal à Câmara dos Vereadores, que institua a Política Municipal de Serviços Ambientais, onde estejam previstos mecanismos que incentivem a criação, manutenção e ampliação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN (conforme lei 9985/00), entre os quais: o Pagamento por Serviços Ambientais, a isenção de Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU sobre RPPNs que atualmente recolhem este imposto, a imediata implementação de outros instrumentos urbanísticos e ambientais já previstos no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, bem como um maior apoio às RPPNs existentes e a serem criadas, através de projetos públicos e editais do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA, que auxiliem no atendimento das exigências para a sua criação, entre os quais a execução do georreferenciamento e de seu Plano de Manejo.

Os presentes, em votação plenária, manifestam concordância e apoio ao pleito acima.

São Paulo, 17 de setembro de 2011.

Participantes do Encontro de RPPNs Paulistas